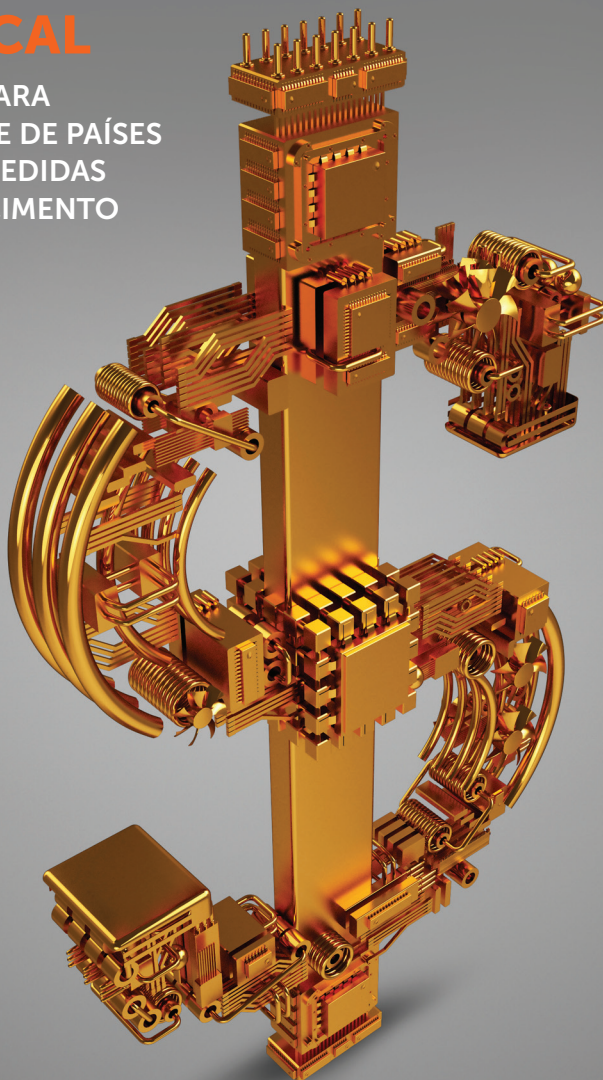


CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 700
7 a 13 de agosto de 2015

DESAFIO FISCAL

SISTEMA FIRJAN COMPARA SITUAÇÕES DO BRASIL E DE PAÍSES EUROPEUS E SUGERE MEDIDAS PARA ESTANCAR CRESCIMENTO DA DÍVIDA



Sistema FIRJAN | www.firjan.org.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

FIRJAN TEM VITÓRIA NA PUBLICAÇÃO DE NORMA PARA COLCHÕES

O Sindicato da Indústria do Mobiliário de Campos dos Goytacazes (Sindimob), com apoio da Assessoria de Inovação do Sistema FIRJAN, obteve uma importante vitória para as indústrias moveleiras do estado do Rio. O sindicato teve um pleito atendido pelo Inmetro, referente aos Requisitos de Adequação de Conformidade (RAC) para colchões e colchonetes de espuma flexível de poliuretano.

O órgão publicou, no dia 9 de julho, a Portaria 349/2015, que traz mudanças e esclarecimentos nos critérios para a certificação desses produtos. Originalmente estabelecido pela Portaria 079/2011, o RAC suscitava dúvidas quanto aos artigos que tratavam da composição dos colchões, alinhamento nos parâmetros de revestimento e a inclusão de determinados materiais.

A nova norma é resultado da atuação do Sindimob nas consultas públicas promovidas pelo Inmetro, em que, com o auxílio da Federação, foi possível apresentar a realidade do setor. "A FIRJAN foi fundamental no direcionamento e acompanhamento de nossas ações", disse Thieres Rodrigues Filho, presidente do Sindimob.



Guarim de Lorena

Thieres Rodrigues Filho e Eduardo Eugenio em reunião no Inmetro no ano passado

CACHAÇAS FLUMINENSES GANHAM MEDALHA DE OURO EM CONCURSO DE DESTILADOS

A 12ª edição do Concurso Mundial de Bruxelas – Edição Brasil – reuniu, em São Paulo, degustadores internacionais, vinícolas e produtores de destilados de todo o país. A cachaça fluminense Fazenda Soledade Jequitibá, de Nova Friburgo, e o bitter (bebida alcóolica aperitiva) Brasilberg, da Casa Underberg, foram premiados na categoria Ouro. O Brasilberg também foi vencedor do World Spirit Award, que

aconteceu em 2015, na Europa. "Esta premiação reafirma a qualidade da produção no estado do Rio", observa Armando Salgado, presidente do Sindicato da Indústria de Bebidas em Geral do Município do Rio de Janeiro (Sindbebi). A participação das marcas do Rio teve apoio do Sindbebi e da Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça do Estado do Rio de Janeiro (Apacerj). A etapa brasileira foi realizada nos dias 2 e 3 de julho.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM MACAÉ

Começam em agosto as aulas de 12 turmas do projeto "Ação para Transformação", resultado de convênio firmado entre o Sistema FIRJAN e a empresa AK Operações do Brasil, do Grupo Aker, e o BNDES. Diferentemente do que foi informado na edição 695 da Carta da Indústria, a proposta não contempla reforço escolar EJA. Por meio do projeto, o SENAI Macaé qualificará 240

adolescentes, jovens e adultos em cursos de auxiliar de operações logísticas, almoxarife, auxiliar de eletricidade, pedreiro de alvenaria, pintor de obra, mecânica de manutenção de motores ciclo otto, padeiro, confeitiro e cozinheiro industrial. A iniciativa foi estruturada para aumentar a empregabilidade e promover o desenvolvimento humano dos participantes.

As medidas de conteúdo local, que têm como objetivo aumentar a participação de fornecedores nacionais na cadeia produtiva de petróleo e gás, precisam estar vinculadas a uma política industrial mais abrangente capaz de gerar resultados que promovam a competitividade industrial do país. A ideia é defendida por **Alfredo Renault**, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em entrevista à Carta da Indústria, o engenheiro químico comenta o impacto dessa política no mercado petrolífero.



Antonio Batalha

CONTEÚDO LOCAL MAIS EFICIENTE

CARTA DA INDÚSTRIA – Qual avaliação o senhor faz do impacto do conteúdo local, na forma que é adotado hoje, na cadeia produtiva de petróleo e gás?

ALFREDO RENAULT – É um consenso em todo o mercado de petróleo e gás que o resultado está aquém do potencial que ele apresenta em termos do que foi investido nos últimos anos. O setor de petróleo é responsável por mais de 40% dos investimentos da indústria brasileira, e a repercussão para os fornecedores nacionais ficou abaixo do que poderia ter sido. Isso ocorre em função de o conteúdo local ainda não estar atrelado a uma política industrial mais ampla.

CI – Quais são os principais gargalos que identifica no atual modelo?

AR – Um aspecto importante é a necessidade de que as questões ligadas à competitividade da indústria fornecedora sejam atacadas junto do conteúdo local de uma forma mais coordenada, que inclua a tecnologia e inovação, qualificação de recursos humanos, problemas de tributos e de financiamento. Isto é, a construção de uma política industrial clássica, que precisa ser seu principal suporte. Sem essa coordenação, o conteúdo local se torna ineficiente e não tem o que é necessário para poder apresentar os resultados desejados.

CI – Que medidas devem ser adotadas para que o conteúdo local se adeque à realidade das indústrias do estado do Rio?

AR – O que temos sempre falado é que a dimensão do setor, por si só, deveria trazer a estruturação de investimentos e incentivos industriais específicos. Questões como a tecnologia, a carga tributária e os programas de financiamento deveriam ser trabalhadas de uma forma integrada para a indústria de petróleo e gás, visando uma articulação com o conteúdo local e, principalmente, uma definição para o desenvolvimento de fornecimento. Esta política industrial exige foco em segmentos econômicos que o país identifica como estrategicamente relevantes para serem desenvolvidos.

CI – Diante do cenário econômico atual, quais perspectivas o pré-sal oferece à cadeia de fornecedores no médio prazo?

AR – A indústria de petróleo, apesar do momento de crise que vive não só o setor, mas o país na sua questão macroeconômica, continua sendo muito promissora e certamente vai retomar os investimentos, que serão relevantes para o país e, principalmente, para o estado do Rio. É seguro dizer que as oportunidades retornarão. Esse é um momento fundamental para empresas que potencialmente possam fornecer para o mercado de petróleo estarem atentas com as possibilidades que surgirão. O pré-sal tem uma reserva estupenda e vai exigir grandes investimentos, que serão realizados independentemente do momento atual. Isso vai demorar um pouco, mas não há dúvida de que o setor recuperará sua força.

NORTE FLUMINENSE REGISTRA CRESCIMENTO DO PIB SUPERIOR À MÉDIA ESTADUAL

O Norte Fluminense apresentou crescimento de produção quase três vezes superior ao estado do Rio entre 2007 e 2012. No período, a região aumentou seu Produto Interno Bruto (PIB) em 62%, enquanto que a variação estadual foi de 22%. As informações são do estudo Retratos Regionais 2015, desenvolvido pelo Sistema FIRJAN, que analisa o perfil econômico das áreas de abrangência das Representações Regionais FIRJAN/CIRJ.

“O Retratos Regionais é uma coletânea de indicadores públicos e de estudos como o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). A ideia é oferecer mais informações para a tomada de decisões nos setores público e privado”, explica Marcelo de Ávila, gerente de Estudos Econômicos da Federação.

Com 895 mil habitantes, a região Norte contribui com 14,3% do PIB estadual. A indústria é um dos fatores responsáveis por sua expressiva participação na economia fluminense. Ela gera 70% do PIB local e 36,6% do produto industrial do estado.

“Essa região cresceu 164,9% em 10 anos, enquanto que o percentual estadual foi de 38,6% no mesmo período. Nota-se que há uma produção de maior valor agregado. A participação da população do Norte no estado é quase três vezes menor que sua participação no PIB fluminense”, avalia Ávila.

As cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé são as que concentram a maior parte da riqueza. Juntas, elas detêm 80% da produção. Já São Francisco de Itabapoana, Conceição de Macabu, Cardoso Moreira e São Fidélis, onde a indústria tem participação inferior à de outros

setores, foram as que geraram menor valor para a economia local.

DESTAQUE EM EMPREGO

A área também se destacou no crescimento do emprego, concentrando atualmente 272 mil trabalhadores, o que corresponde a 5,9% dos postos de trabalho formais fluminenses. Mesmo sendo um dos principais empregadores, o segmento industrial foi o único com fluxo negativo de trabalhadores em 2014, tendo perdido 1,4 mil vagas, principalmente em Extração de Petróleo e Gás. Por outro lado, 70% dos empregados dessa atividade no estado se concentram na região.

Outra característica do Norte Fluminense é a boa qualificação dos profissionais, mais alta do que a média estadual. Mais da metade deles possui diploma de ensino médio, e 62% têm nível médio ou superior. De

PIB POR SETORES ECONÔMICOS (R\$ MILHÕES A PREÇOS CONSTANTES DE 2012)

Setor econômico	2002	2007	2011	2012	Variação 12/07	Participação no PIB (2012)	
						da Região	do RJ
Indústria	16.978	31.958	44.488	50.151	56,9%	69,5%	36,3%
Serviços e Comércio	5.518	6.749	12.699	13.271	96,6%	18,4%	6,3%
Administração Pública	3.142	3.957	4.815	5.079	28,3%	7,0%	6,6%
Agropecuária	412	324	385	423	30,3%	0,6%	22,7%
Impostos	1.189	1.492	2.760	3.236	116,9%	4,5%	4,3%
Norte	27.239	44.481	65.147	72.160	62,2%	100,0%	14,3%
Estado do Rio	363.907	411.945	485.169	504.221	22,4%		
Participação da região no ERJ	7,5%	10,8%	13,4%	14,3%			

Nota: Indústria engloba Indústria Extrativa, Indústria da Transformação, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública. Impostos somente os recolhidos sobre a atividade produtiva, como ICMS, II, IPI e ISS - não inclui IR, IPTU, ITR.

Elaboração: Sistema FIRJAN com dados do IBGE.

PIB E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS DA NORTE (2012)

Município	Indústria	Serviços e Comércio	Administração Pública	Agropecuária	Impostos	R\$ milhões
Campos dos Goytacazes	79,5%	12,5%	5,4%	0,3%	2,2%	45.129.215
Carapebus	55,6%	28,2%	9,9%	0,7%	5,5%	908.814
Cardoso Moreira	12,4%	28,4%	43,0%	10,6%	5,6%	150.214
Conceição de Macabu	9,3%	36,8%	46,4%	3,0%	4,6%	231.537
Macaé	41,6%	35,4%	10,7%	0,3%	12,0%	14.459.881
Quissamã	70,9%	20,5%	3,8%	0,6%	4,2%	4.891.140
São Fidélis	11,8%	44,5%	32,0%	5,7%	6,1%	542.097
São Francisco de Itabapoana	6,9%	48,1%	21,5%	13,2%	10,3%	947.696
São João da Barra	83,6%	8,4%	5,5%	0,4%	2,1%	4.899.623
Norte	69,5%	18,4%	7,0%	0,6%	4,5%	72.160.217
Estado do Rio	27,4%	42,1%	15,3%	0,4%	14,9%	504.221.371

Elaboração: Sistema FIRJAN com dados do IBGE.

acordo com o IFDM, todas as cidades da região avançaram nos níveis de educação.

Para Edmilson Gonçalves, presidente da Edcontrol Serviços de Petróleo e Manutenção de Equipamentos LTDA, o aumento da qualificação é uma resposta às demandas do setor produtivo: "Temos uma indústria em que não cabe profissional despreparado. As pessoas, conhecendo isso, buscam se especializar cada vez mais. E a FIRJAN entra com um papel importante, que é a promoção da capacitação por meio do SENAI".

Mesmo com a forte presença da indústria, a maior parte dos estabelecimentos locais é do setor de Comércio e de Serviços. Das 16 mil empresas da região, o segmento industrial representa 12,8%. Os subsetores que mais se expandiram nesse quesito foram Construção Civil, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Indústria da Transformação. Este último assemelha-se às médias estaduais em distribuição

por porte, mas com maior proporção de pequenas empresas. Os empreendimentos de médio porte são 3,1% do total, mesmo percentual do estado. Máquinas e Equipamentos e Produtos de Metal são as únicas atividades industriais com estabelecimentos de grande porte na região.

Na avaliação de Fernando Aguiar, presidente da Campos Neon e Comércio, os resultados do Norte Fluminense têm origem no desenvolvimento do setor de petróleo. "Temos segmentos que cresceram muito, como a Construção Civil, que vieram na esteira do petróleo. Em 2012 essa indústria tinha um desempenho muito bom", afirma ele, que também preside a Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Norte Fluminense.

DESAFIOS

Apesar do momento de retração econômica, Aguiar acredita que as expectativas são positivas para os próximos anos: "A situação não é nada boa, mas creio que na retomada do crescimento sairemos

na frente. O setor de petróleo vai se adequar à realidade dos novos preços do barril".

Marcelo Reid, diretor presidente da Merrel Corretora de Seguros LTDA, enxerga as deficiências na infraestrutura como um dos gargalos a serem superados para que a região possa alavancar ainda mais seu desenvolvimento. "Precisamos criar atrativos para que as empresas permaneçam aqui. Isso exige todo um trabalho na logística, que inclui melhores rodovias, portos e aeroportos", diz ele, que também preside a Comissão Municipal FIRJAN/CIRJ em Macaé.

Para ele, ao fazer um mapeamento das características locais, o levantamento da Federação contribui para a avaliação do volume e da distribuição dos investimentos demandados pela região.

"Esperamos que a indústria utilize essa ferramenta para repensar sua estruturação. A grande contribuição do estudo é essa: auxiliar empresas a traçar um novo olhar para o futuro próximo", avalia.

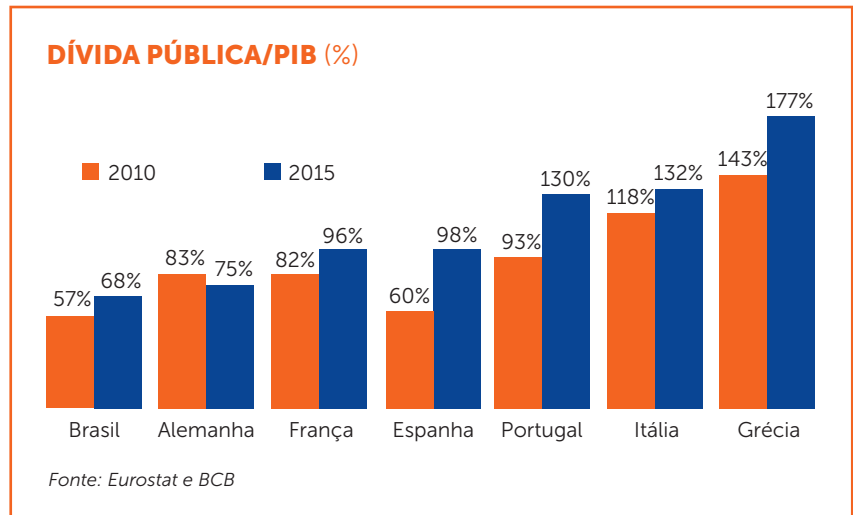
SISTEMA FIRJAN COMPARA OS DESAFIOS FISCAIS DO BRASIL E DA ZONA DO EURO E APRESENTA PROPOSTAS PARA MELHORAR O QUADRO

Para contribuir com a situação atual e a criação de condições para a retomada do crescimento econômico, o Sistema FIRJAN elaborou a Nota técnica “O Desafio Fiscal no Brasil e no Mundo”. O documento analisa a evolução dos principais indicadores fiscais do Brasil e de países europeus, indicando o tamanho do ajuste necessário para estancar o aumento da dívida pública. No caso brasileiro, o estudo aponta a necessidade de um superávit de 3,3% do PIB, caso o país não queira manter a dívida em ascensão. Para reverter o quadro, a Federação propõe que o governo brasileiro adote medidas de ajuste fiscal com redução dos gastos correntes e venda de ativos do governo.

Além da análise feita para o Brasil, a nota inclui Alemanha, Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal. Foram considerados dois anos de referência e indicadores como taxa de juros, o crescimento do PIB e o resultado fiscal primário, em cada país selecionado, nos anos 2010 e 2015.

O estudo mostra que, entre os países analisados, o Brasil está em melhor posição, porém registrou deterioração de suas contas públicas. “Isso indica que há um dever de casa a ser cumprido e que requer uma agenda de longo prazo”, explica Guilherme Mercês, gerente de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da Federação.

Em 2010, o Brasil era o único a apresentar superávit primário (de 2,6%), mas a folga orçamentária se inverteu para um déficit de 0,7% este ano. Para Mercês, a



“A necessidade de ajuste está clara, mas o viés não pode ser de aumento da carga tributária, pois asfixiaria o setor produtivo”

Sergei da Cunha Lima
Presidente do Conselho de Assuntos Tributários e do Singrasul

situação indica necessidade de redução dos gastos públicos. “O agravamento do quadro atual é preocupante devido à importância da questão fiscal para a retomada do crescimento, principalmente porque o governo tem apoiado o ajuste em novos impostos e cortes de investimentos. Sabemos que impostos não levarão nem a mais crescimento nem a mais arrecadação, pelo contrário; se insistirmos, o remédio pode virar veneno”, sustenta Mercês.

GASTOS E PRIVATIZAÇÕES

O Sistema FIRJAN propõe um conjunto de alternativas que crie condições para um recuo estrutural da taxa de juros e um aumento sustentável do PIB, que são variáveis-chave para o comportamento da dívida pública. Em resumo, a proposta é um ajuste fiscal que combine redução dos gastos correntes, inclusive criando regras explícitas que limitem o seu crescimento, com um programa de venda de ativos.

A FIRJAN propõe o retorno dos gastos correntes como proporção do PIB até o nível observado em 2008 – quando era de 3%, tendo atingido 6% em 2014 –, mantendo o patamar dos investimentos em 1,5%. Para isso, é preciso uma redução anual de 0,7% do PIB no gasto com custeio da máquina pública até 2018.

A segunda proposta é a criação de uma “regra de ouro” que torne obrigatório manter a variação dos gastos correntes sempre abaixo da expansão do PIB. O objetivo

é impedir que as políticas fiscais adotadas em períodos de menor crescimento econômico sejam direcionadas ao custeio dos gastos correntes, em detrimento dos investimentos.

Por fim, conforme já defendido pela Federação, o programa de concessões e privatizações deve ser aprofundado para gerar recursos e dar fôlego ao setor público e, consequentemente, à atividade econômica e à geração de emprego, tendo como foco os setores Bancário e de Infraestrutura.

No caso do setor Bancário, a ideia é manter o governo como acionista majoritário, vendendo até 49,9% do capital de algumas instituições públicas, inclusive aumentando a parcela em mãos do setor privado das que já possuem capital aberto. A medida é capaz de gerar receita de cerca de 1,4% do PIB, segundo cálculos do estudo.

Na Infraestrutura, o governo poderá arrecadar até 2,5% do PIB, obtendo a maior parte dessa receita da privatização total das operações de geração e distribuição de energia elétrica. Somado a ganhos marginais com concessões e privatizações em outros segmentos, o programa é

capaz de gerar receita equivalente a 4% do PIB.

INDÚSTRIA ASFIXIADA

Para Sergei da Cunha Lima, presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Tributários do Sistema FIRJAN, o estudo traz um alerta: o país precisa fazer o dever de casa para não ser obrigado a lidar com um problema ainda mais sério no futuro. “A necessidade de ajuste está clara, mas o viés não pode ser de aumento da carga tributária, pois asfixiaria o setor produtivo, indo na razão inversa do que precisamos, que é melhorar a atividade econômica”, ressalta ele, que também preside o Sindicato das Indústrias Gráficas do Sul Fluminense (Singrasul).

Segundo Lima, a ampliação do programa de concessões e privatizações é necessária para gerar caixa, criando condições para um ajuste dos gastos públicos sem impactos traumáticos. “O problema nas contas públicas se agravou nos últimos dois, três anos. Se não gerarmos crescimento, não vamos criar condições para ter superávit e, assim, reverter a tendência de aumento da dívida pública”.

Acesse a nota técnica na íntegra no site www.firjan.com.br.

ENTENDA O CÁLCULO

De acordo com o estudo da FIRJAN, os países selecionados, com exceção apenas da Alemanha, aumentaram a relação dívida/PIB de 2010 a 2015. Entre estes, o Brasil é o que está em melhor situação, com percentual de endividamento de 68%. A Grécia apresenta a pior relação, com 177%. Entretanto, a análise da evolução dos indicadores de interesse para a trajetória da dívida é desfavorável para o Brasil. O país registra taxa de juros real elevada, queda do PIB e deterioração do resultado primário.

A Grécia também convive com taxa de juros acima da média e apresenta os demais números negativos, embora esteja num viés de queda do déficit – era de 4,9% e passou para 3,5% – e melhora da economia: expansão do PIB de 0,5% este ano. Ainda assim, a situação da dívida do país grego se deteriorou de 2010 para 2015.

AJUSTE NECESSÁRIO

	2010				2015			
	Superávit primário que mantém a dívida sustentável (%PIB)	Superávit Primário realizado (%PIB)	Ajuste necessário (%PIB)	Tamanho do ajuste (Moeda local)	Superávit primário que mantém a dívida sustentável (%PIB)	Superávit Primário realizado (%PIB)	Ajuste necessário (%PIB)	Tamanho do ajuste (Moeda local)
Alemanha	-1.9%	-2.0%	0.1%	€ 1,749	-1.1%	0.7%	-1.8%	-€ 53,351
Itália	-1.0%	-0.1%	-1.0%	-€ 15,167	1.2%	-3.0%	4.2%	€ 67,134
França	-1.2%	-4.5%	3.3%	€ 64,694	-0.8%	-4.0%	3.2%	€ 68,913
Espanha	1.7%	-7.3%	9.0%	€ 95,861	-1.1%	-5.8%	4.7%	€ 49,479
Portugal	3.9%	-6.1%	10.1%	€ 17,361	1.3%	-4.5%	5.8%	€ 10,076
Grécia	13.2%	-4.9%	18.2%	€ 41,797	17.3%	-3.5%	20.8%	€ 37,285
Brasil	-0.4%	2.6%	-3.0%	-€ 109,539	3.3%	-0.7%	4.0%	R\$ 219,754

Elaboração FIRJAN com dados do Eurostat, Bloomberg e BCB

FIRJAN PROMOVE WORKSHOP DE **NEGÓCIOS ÉTICOS PARA EMPRESAS**

Métodos práticos para combater a corrupção e estudos de caso foram analisados no workshop “De Empresas para Empresas – Negócios Éticos”. O evento foi promovido pelo Sistema FIRJAN, por meio da Gerência de Auditoria Interna, em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AHK), na sede da Federação.

O curso, apresentado pela primeira vez no país, foi ministrado por Carolina Echevarria, especialista do Centro de Competência em Compliance da Câmara da Alemanha na Argentina. Para ela, é importante entender quais os fatores de risco e ampliar o conhecimento sobre corrupção, comum em todo o mundo, em menor ou maior grau. Ela destaca que o Brasil está mais avançado na lei anticorrupção do que seu país e aponta convergências entre as nações.

PESO DA CORRUPÇÃO

“Brasil e Argentina são mercados interessantes, que contam com a atuação de empresas multinacionais com programas de *compliance* já consolidados. As empresas locais também buscam ser mais competitivas. E vimos que o custo de investir num país que não tem essa cultura é 20% maior para empresas de países com cultura de *compliance*”, explica Carolina.



Carolina Echevarria: a corrupção consome 10% do custo total de negócios mundiais

Outros dados apresentados reforçam essa preocupação: a corrupção equivale a 10% do custo total de negócios em escala mundial. E adiciona 25% ao valor dos contratos de compras nos países em desenvolvimento.

“Estamos realizando estudos e propostas de melhorias da cadeia de combate à corrupção, que vai além da relação entre empresas privadas e governo. Existe uma ampliação dos efeitos, que pode impactar as companhias grandemente. A nossa missão é tratar desse assunto cada vez mais, para dar conhecimento

às empresas do que a corrupção pode ocasionar”, destaca Alexandre Sadler, gerente de Auditoria do Sistema FIRJAN.

Maugham Basso, gerente comercial de Novos Negócios da consultoria CP+, do Grupo Suzano, acredita que programa de *compliance* é fator de competitividade. “Consideramos que as empresas que estão pautadas na ética e na transparência ganharão espaço no mercado. Criar multiplicadores de conhecimento para levar isso para o dia a dia da empresa é sempre válido”, resume. O workshop foi realizado na sede da FIRJAN nos dias 29 e 30 de julho.

Fabiano Veneza

SEMINÁRIO DEBATE SUSTENTABILIDADE EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O Sistema FIRJAN sediou o 2º Ciclo de Seminários de Sustentabilidade para Pequenas e Médias empresas, uma parceria da Assessoria de Responsabilidade Social e a consultoria iSetor. Especialistas apresentaram ferramentas, metodologias, modelos de negócios sustentáveis

e empresários relataram suas experiências de melhores práticas. Para eles, uma gestão sustentável eficiente reflete em economia financeira e também na produtividade de uma empresa, ampliando os benefícios no longo prazo. O ciclo aconteceu no dia 30 de julho.

CONSELHO EMPRESARIAL DE PETRÓLEO E GÁS DISCUTE PLANO DE NEGÓCIOS DA PETROBRAS

O Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 da Petrobras foi o tema da primeira reunião do novo Conselho Empresarial de Petróleo e Gás do Sistema FIRJAN. Antonio Eduardo de Castro, gerente de Estratégia Corporativa e Organização da companhia, apresentou o detalhamento das ações planejadas para os próximos anos, que têm dois principais objetivos: gerar valor para acionistas e desalavancar a empresa.

De acordo com Castro, o endividamento da Petrobras foi programado pela própria companhia. "Havíamos planejado uma alavancagem. A ideia era acelerar a produção e depois diminuir a dívida com a receita dos projetos", disse.

No entanto, ele admite que com as mudanças no mercado do petróleo houve uma perda de controle do déficit. "A queda no preço do barril de petróleo tem dificultado a recuperação de nossas contas. O produto terá, no mundo, um valor menor do que se imaginava", afirmou o gerente da Petrobras.

Para cumprir o plano de negócios precisará de injeção de caixa adicional de US\$ 57 bilhões. Desse total, US\$ 15,1 bilhões virão de desinvestimentos realizados entre 2015 e 2016. Os demais serão distribuídos em reestruturação de negócios, desmobilização de ativos com margem de contribuição negativa e outros desinvestimentos adicionais. "É uma ponte que se



Raul Sanson, Armando Guedes, Eduardo Eugenio e Antonio Eduardo de Castro em reunião

está construindo", argumentou, destacando que não há previsão de emissão de novas ações para os próximos anos.

Dos US\$ 130,3 bilhões para investimentos, 83% serão distribuídos para exploração e produção, com esta última concentrando 90% do orçamento. "Vamos reduzir os investimentos em exploração. Consideramos que temos volume de reservas suficiente para fazermos esse movimento temporário", garantiu.

Para João Carlos de Luca, diretor presidente da Barra e Energia, o plano apresentado é adequado às necessidades atuais da Petrobras. "O cenário pede cautela", avaliou. "Vimos um plano realista. Isso é muito bom porque é o que a indústria precisa", declarou Lucenil Ferreira de Carvalho, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas

e de Material Elétrico no Estado do Rio de Janeiro (Simmmerj).

NOVO CONSELHO

Na reunião, foram apresentados os membros do novo Conselho Empresarial de Petróleo e Gás, com a visão de encadeamento produtivo: "A FIRJAN, como representante das indústrias fluminenses, tem uma preocupação especial com esse mercado e toda árvore de produção que o atende", declarou Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Federação.

Armando Guedes, presidente do Conselho, falou sobre a nova estrutura e os temas que serão priorizados nos encontros. "Temos um ponto importante em discussão, que é como essa indústria está se desenvolvendo com a crise. O cenário de hoje é diferente do que era há três anos", destacou. A reunião aconteceu no dia 28 de julho.

GIRO MODA: TENDÊNCIAS PARA O ALTO VERÃO

Para apresentar o que há de mais novo em comportamento, consumo e tecnologia nas principais feiras de moda internacionais de Paris e Berlim, o Sistema FIRJAN promove o Giro Moda: Tendências para o Alto Verão. O evento apresentou aos empresários do setor informação técnica de qualidade e indicou tendências internacionais.

“Temos nos dedicado a trazer novidades para a indústria da moda do estado do Rio, um setor que emprega bastante. Antigamente, as coleções eram bianuais. Com o fast fashion é preciso estar informado o tempo todo a fim de conquistar mercados”, destacou Antonio Berenguer, vice-presidente da Federação.

Foram abordadas tendências identificadas nas feiras de Berlim, tais como Bread and Butter; Panorama; Seek; e Premium. Especialistas da Coordenação de Moda da Gerência de Desenvolvimento Setorial da FIRJAN mostraram as temáticas predominantes em cada uma,

além das técnicas de relacionamento e ações de marca criativas e inovadoras.

Em Paris, foram visitadas a Interfilière e a Mode City, que acontecem simultaneamente, e cujo conceito buscou inspiração no ambiente praiano e no período de férias. Como inovação, as feiras promoveram fóruns com exposição de tecidos e texturas que unem estética e funcionalidade. Também foram apresentadas as informações sobre a moda das ruas, além de lista com grandes tendências para auxiliar a tomada de decisões do empresariado.

“O evento foi importante porque apontou os desafios, e o maior é a inovação. Vimos muito segmentos similares. Só se destacará quem conseguir inovar”, disse Michele Lopes, figurista do Ateliê Antonietta.

A partir de outubro, o Giro Moda percorrerá todas as Representações Regionais FIRJAN/CIRJ do estado. Mais informações pelos telefones 0800 0231 231 e 4002 0231. O evento foi realizado no dia 30 de julho, na sede da Federação.

CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barbará

2º Vice-presidente CIRJ:

Geraldo Coutinho

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abílio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia Elétrica: Sérgio Gomes Malta

Gestão Estratégica para

Competitividade: Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz César Caetano

Tecnologia: Fernando Sandroni

FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Francisco Muniz

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavah

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Assessoria de Imprensa: Lorena Storani
Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Penido

Redação: Denise Almeida, Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Sílvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira e Paulo Barros

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br



Fabiano Veneza

Tendências prospectadas em feiras internacionais foram apresentadas no evento

FIRJAN REALIZA "TROCA DE EXPERIÊNCIA E INOVAÇÃO" PARA SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO LESTE FLUMINENSE

O Sistema FIRJAN, por meio da Gerência de Desenvolvimento Setorial e Assessoria de Inovação Tecnológica, promoveu, o "Troca de Experiência e Inovação". O evento é mais uma das ações do Plano Integrado para responder às necessidades identificadas no estudo "Construção Civil: Desafios 2020". Na ocasião, empresários e estudantes de setores da indústria de construção civil se reuniram na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói.

Segundo Roberto da Cunha, especialista em Relacionamento Setorial da FIRJAN, o objetivo do encontro foi difundir as

tecnologias que permitem aos empresários otimizar processos e ampliar a competitividade e a produtividade. Ele informou que, até o fim do ano, o Sistema FIRJAN inaugurará um laboratório de BIM (Building Information Modeling) na Cinelândia e uma Unidade Móvel que percorrerá todo o estado com oferta de cursos. O BIM é uma plataforma de tecnologia de software que propicia fazer uma construção virtual antes de começar. "Isso melhora todo o processo, elimina desperdícios e problemas de interface. É uma tecnologia nova".

O evento contou com apresentação do diretor da MD

Associados, Marcelo Silveira, e do diretor da Construtora JPR, Jean Pierre. Eles falaram sobre o uso e viabilidade econômica de concreto protendido em edificações residenciais. "Fiquei muito satisfeito de saber que a FIRJAN terá um espaço focado no BIM. Acho importantíssimo disseminar essa tecnologia porque é um ganho de produtividade enorme para o setor. As obras vão ficar mais fáceis de orçar e mais baratas, porque vão seguir um projeto que define tudo. É fantástica essa iniciativa de colocar o BIM como uma das premissas de modernidade e produtividade", disse Pierre. O encontro foi realizado em 22 de julho.

Novo portal do Sistema FIRJAN.
A ferramenta indispensável para a sua empresa crescer.

- ▶ Notícias em primeira mão
- ▶ Seu setor em foco
- ▶ Calendário de eventos
- ▶ Acesso a pesquisas e estudos
- ▶ Informações para a indústria
- ▶ Serviços SESI, SENAI, IEL

Chegou o novo portal do Sistema FIRJAN. Mais ágil, intuitivo, moderno e com muita informação. Tudo o que a sua empresa precisa para ser ainda mais competitiva, você encontra aqui.

Acesse: www.firjan.com.br



OPORTUNIDADES DO MERCADO CONSUMIDOR DA CHINA SÃO APRESENTADAS EM ENCONTRO COM EMPRESÁRIOS

Com o objetivo de explorar as oportunidades de inserção das empresas brasileiras no mercado chinês, o Sistema FIRJAN recebeu representantes do setor privado da China para uma reunião com líderes sindicais do estado do Rio. Maior exportador do mundo, o país tem como meta, até 2016, também se tornar o principal importador.

Thomaz Machado, CEO da China Invest, empresa de consultoria que promove a aproximação entre companhias privadas dos dois países, apresentou a plataforma “The Best of Brazil”, criada com o intuito de atrair empreendimentos brasileiros para quatro grandes centros de negócio chineses. De acordo com Machado, a grande demanda do país asiático é por alimentos importados. Ele citou como exemplo o biscoito Maria, fabricado em Portugal, que vendeu cerca de 50 milhões de unidades na China em apenas três anos.

Uma das grandes portas de entrada da economia chinesa é a cidade de Guangzhou, a terceira maior do país, com 15 milhões de habitantes. Liu Wan Li, diretor do Conselho Chinês de Promoção do Comércio Internacional de Guangzhou (CCPIT), falou sobre a história da metrópole e o trabalho realizado pela entidade, que atua no apoio à internacionalização das companhias locais e no auxílio à instalação de empresas estrangeiras no país. “Brasil e China têm um relacionamento forte e com muitas oportunidades, pois



Durante o encontro, foi apresentada a plataforma “The Best of Brazil”, criada para atrair empreendimentos brasileiros para grandes centros de negócios chineses

você possuem recursos que nós não temos”, afirmou.

PARCERIAS COM O RIO

Wang Huajun, presidente da Guangbai Group, maior empreendimento varejista de Guangzhou, ressaltou seu interesse em criar parcerias com o setor privado fluminense. Uma das principais razões são os incentivos do governo chinês à importação via e-commerce. “Estamos visitando o Rio para buscar fornecedores de bons produtos para nosso mercado”. O encontro contou ainda com uma apresentação sobre as atividades realizadas pelo Sistema FIRJAN em prol do desenvolvimento industrial do estado do Rio.

“A reunião foi extremamente positiva e deixa um desafio para nossas indústrias. Temos que buscar negócios com a China de forma a atender o volume de

demanda que eles preveem”, disse Amaury Temporal, diretor do Centro Internacional de Negócios (CIN).

Na avaliação de Carla Pinheiro, presidente da Associação de Joalheiros e Relojoeiros do Estado do Rio, para aumentar o volume de exportações para a China é preciso superar entraves como o custo de produção industrial no Brasil. “Nossa mão de obra é cara, e a matéria-prima é de 5% a 10% mais elevada do que a chinesa. Para exportar, investimos no nosso diferencial, que é o design”.

Para João Dimas Campos Ramos, presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, a abertura da economia chinesa pode ajudar a alavancar a atividade industrial do estado. “É uma porta imensa que vimos abrir. Precisamos procurar novos mercados e superar a crise”.

INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 700
7 a 13 de agosto de 2015

REFLEXÕES SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PARTE I

Com a edição da Lei Federal 13.105/2015, que é o novo Código de Processo Civil, estabeleceu-se importante avanço no marco normativo relativo aos processos judiciais no Brasil, podendo ser afirmado que a nova lei modernizou e atualizou diversas situações, preenchendo lacunas essenciais para a melhoria da prestação jurisdicional.

Assim como a maioria das novas leis, em especial os “códigos”, esta nova legislação ainda será objeto de várias indagações e questionamentos. Muitos assuntos serão debatidos e estudados, e novos posicionamentos surgirão, cada um a seu tempo.

O assunto é de interesse da sociedade em toda sua plenitude, em especial alguns temas ligados à fase de execução, em especial quando oriundo das obrigações determinadas pelo juiz, pois é nesta fase que o direito irá se realizar, como exemplo quando uma das partes tem que fazer algo para a outra ou quando tem que efetuar um pagamento.

Persistem ainda alguns obstáculos e dúvidas técnicas sobre os efeitos do novo Código, porém é inegável que a nova norma é parte de um processo evolutivo, contribui para a reforma do Poder Judiciário, e visa à melhoria de vários aspectos relativos à prestação dos serviços jurídicos.

Analisaremos as principais alterações da referida norma em partes. Inicialmente daremos foco à fase de execução baseada na decisão do juiz (sentença), o que tecnicamente chamamos de título executivo judicial. A “execução da sentença”, segue com sua nomenclatura técnica sem alteração:

“cumprimento de sentença”. Trata-se de uma fase ou etapa do processo.

Com a nova lei já nas disposições gerais surge uma novidade. A nova norma autoriza que o juiz poderá de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias ao cumprimento da ordem de entrega de documentos e dados (Art. 773). Ou seja, mesmo que a parte não peça, o juiz poderá entender, nesses casos, por decidir e sem ser provocado.

Também poderá, contudo desde que provocado (a pedido da parte), determinar a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (Art. 782). “Executado” ou “devedor” é aquela pessoa que não cumpriu a obrigação voluntariamente no prazo legal, e contra ele serão praticados os atos forçados da execução. Toda execução é forçada.

A nova lei incluiu agora, e considera “ato atentatório à dignidade da justiça”, o ato de dificultar ou embarçar a realização da penhora (Art. 774. III). Isso significa que a parte que for assim considerada irá sofrer as consequências cíveis (multa).

No que diz respeito à responsabilidade patrimonial, em outras palavras “quem irá responder pela dívida”, e “qual patrimônio será afetado” na fase de execução forçada, uma novidade também foi incorporada. O Art. 790 do novo diploma determina que a execução pode recair sobre “os bens do responsável, se desconsiderada a personalidade jurídica”. Desta forma é correto afirmar que o responsável pela empresa irá responder pela dívida da empresa com os seus bens pessoais.

No código anterior e também no atual está mantida a responsabilidade do sócio, porém, existem empresas (pessoas jurídicas) que possuem “outros responsáveis” que não apenas os “sócios”, são as pessoas físicas que têm cargos, funções e capacidade de fato de dirigir a empresa, e que aos olhos da lei, portanto, deverão arcar com o ônus dessa responsabilidade com o seu patrimônio quando a empresa não cumprir com os seus próprios.

Relativamente ao ato de penhora, figura desagradável para qualquer pessoa, seja física ou jurídica, na medida em que se trata de um ato de constrição patrimonial, a nova lei também trouxe importantes elementos, que passamos a analisar.

Passa a ser possível a penhora de salários ou vencimentos e também de valores em caderneta de poupança para (1) pagar dívidas de prestação alimentícia, independentemente da origem desses valores, e (2) importâncias (dívidas) excedentes a 50 salários mínimos mensais (Art. 833, § 2º). Podemos dizer então que o Novo Código de Processo Civil manteve a regra da impenhorabilidade dos vencimentos, salários e similares, porém estabeleceu um teto, um limite de 50 salários-mínimos mensais para fazer valer essa proteção (art. 833, IV, § 2º, NCPC). Agora a nova regra autoriza a penhora de vencimentos desde que em valor superior a 50 salários-mínimos, ainda que o crédito executado não possua natureza alimentar.

Uma das situações jurídicas que mais geraram polêmica no CPC (Código de Processo Civil) anterior era como se operava o início da fase de cumprimento de sentença, que por sua vez pode ser traduzida, em resumo, como sendo aquela etapa em que a decisão do juiz irá passar a ser efetivada de fato. Ou seja, é quando a parte terá que cumprir o que foi determinado pelo juiz. Existem no direito brasileiro três espécies, que são os núcleos das obrigações: 1) obrigação de pagar 2) de fazer 3) de entregar (dar). Todas as demais derivam destas três.

A nova lei resolve um problema que na norma anterior ficou omissa. Antes, a regra que dava o início desta etapa era vaga e genérica, e ficou com o STJ a tarefa de alinhar um entendimento uniforme em todo o país. Agora essa etapa será iniciada de

forma simples e a parte devedora da obrigação a ser cumprida será intimada para cumprir a sentença:

- a) Pelo Diário da Justiça, na pessoa do advogado constituído nos autos;
- b) Por carta com aviso de recebimento, quando representado pela Defensoria Pública ou quando não tiver patrono constituído;
- c) Por meio eletrônico, quando, no caso de empresas públicas ou privadas cadastradas nos sistemas de processo em autos eletrônicos, não tiver procurador constituído nos autos;
- d) Por edital, quando assim foi citado na fase de conhecimento, onde restou revel (Art. 513, § 2º).

Desta forma ficou legalizado e normatizado, portanto, que a parte que tiver advogado nos autos do processo será através deste comunicada que essa etapa irá iniciar. Em outras palavras o advogado irá alertar seu cliente que determinado processo irá entrar nessa fase de cumprimento de sentença, o que, nos casos da obrigação de pagar, significa dizer que o cliente terá 15 dias para pagar ou então a Justiça poderá incidir atos constritivos contra o patrimônio dele, como exemplo realizar e efetuar a penhora de bens, ou a penhora “on-line” na conta corrente.

A partir desses temas podemos afirmar então que a nova lei trouxe elementos para tornar a execução mais efetiva e concreta, ou, em outras palavras, mais objetiva, sem modulações e eliminando omissões.

A nova lei trouxe elementos para tornar a execução mais efetiva e concreta, ou, em outras palavras, mais objetiva, sem modulações e eliminando omissões

A importância da referida Lei e o grande passo social que foi conquistado geram a possibilidade de agora concretizarmos uma Justiça com regras mais precisas, atualizadas, e um Poder Judiciário mais rápido e moderno, sem comprometer os direitos constitucionais consagrados, tais como a direito de “ampla defesa” e do “contraditório”.

É fundamental nesse contexto que as empresas, seus responsáveis e todas as pessoas envolvidas em processos judiciais se aproximem dos seus procuradores para fins de esclarecimentos e para resguardar seus interesses face às alterações contextualizadas pelo código novo tal como apresentado, em especial nessa fase de execução.